

# Congresso, Senado e Câmara decidem não descontar as faltas

Foto de Luiz Antônio

**BRASÍLIA** — Os Deputados e Senadores que não estão comparecendo às sessões da Câmara, Senado e Congresso não correm o risco de terem os salários diminuídos. Pelo menos nesta semana, nem vêm tendo suas faltas computadas. Isso porque, desde segunda-feira, tanto a Câmara quanto o Senado retiraram os projetos pendentes da pauta e não haverá a chamada ordem do dia (sessões destinadas à votação) até o esforço concentrado do dia 21.

Na Câmara, onde o recesso branco dos períodos pré-eleitorais que estão ocorrendo não é previsto no regimento, a suspensão da ordem do dia, esta semana, foi resultado de um acordo entre a Mesa e as lideranças partidárias. Essa foi a única forma de evitar que os Deputados recebessem falta segunda, terça e quarta-feiras, dias de votação. Assim, não terão descontados de seus salários os dias de ausência — atualmente, cada falta na Câmara faz com que o Deputado perca uma trigésima parte de seu salário, isto é, cerca de Cr\$ 20 mil.

O acordo da Mesa com os líderes para retirar da pauta os projetos, como o que regula o tabelamento dos juros em 12 por cento, por exemplo, não obteve a aprovação de todos os líderes. Ontem, o Líder do PDC, Eduardo Siqueira Campos, que não tem nenhuma falta na Casa, reclamava porque não tomou conhecimento da decisão. Explicou que, na reunião a que compareceu, a conclusão fora outra e que todos insistiram na manutenção da ordem do dia. O Líder do PDC lembrou que, na reunião, tanto integrantes da Mesa quanto Líderes queriam evitar que a opinião pública ficasse com a impressão de que somente trabalham em dias de esforços concentrados.

— Nós até combinamos que iríamos riscar de nosso vocabulário a expressão esforço concentrado, mantendo o funcionamento da Casa, ainda que não houvesse quorum para deliberar — afirmou o Deputado.

No Senado, a questão foi mais facilmente resolvida. Apesar de ape-



O Senador Olavo Pires, candidato ao Governo de Rondônia, dorme durante a sessão plenária de ontem no Senado

nas um terço dos senadores estar encerrando seus mandatos — os demais somente enfrentarão uma eleição daqui a quatro anos —, também não há quorum para votar. O regimento interno prevê a existência do recesso branco nos 60 dias anteriores a uma eleição e estabelece que, nesse período, não serão computadas faltas para os Senadores. Assim, também não há ordem do dia esta semana.

A Mesa do Congresso não quer descontar do contracheque dos parlamentares as faltas relativas ao esforço concentrado que analisará os vetos do Presidente Fernando Collor à lei salarial. Segundo o Secretário Geral da Mesa do Congresso, Nerio Cardoso, o regimento interno concede aos parlamentares os mesmos direitos do Senado — um recesso de sessenta dias antes das eleições. Os líderes oposicionistas afirmam que a

manobra é ilegal e tem o único objetivo de facilitar a ausência daqueles que não comparecerem às sessões de votação.

— O Congresso não está em recesso formal. Portanto, quem não comparecer às votações, além de ficar marcado perante a opinião pública, terá o desconto no contracheque — afirmou o Líder do PSDB, Deputado Euclides Scalco.

Ontem, por exemplo, somente havia na Câmara oito Deputados. No Senado, a sessão se limitou a discursos sobre a concessão de abono aos aposentados. Alguns aproveitaram a tranquilidade do plenário para descansar dos comícios de campanha no final de semana. O Senador Olavo Pires (PTB-RO), candidato ao Governo de Rondônia, dormiu. Se o Senador optasse por dormir em casa, não fa-

ria diferença, pois sua falta não seria descontada no contracheque.

Segundo o Líder em exercício do PMDB, Senador Mauro Benevides (CE), a tranquilidade desta semana não deve repetir-se na próxima, mesmo que a Mesa mantenha a disposição de não descontar a falta dos parlamentares. Benevides enviou telex aos 30 Senadores de seu partido, solicitando presença nos dias 21, 22 e 23, para analisar o veto à lei salarial. O Líder do partido na Câmara, Deputado Ibsen Pinheiro (RS), também convocou os 120 parlamentares sob seu comando. Scalco, do PSDB, garante que os 60 Deputados do partido estarão em Brasília.

— Quem não vier poderá até não ter a falta registrada, mas vai ficar marcado na opinião pública como aquele que se omitiu na questão dos salários — advertiu o líder do PSDB.